

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 095, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Eldorado do Sul – REFIS/2015, para pessoas físicas e jurídicas quitar dívidas tributárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído no Município de Eldorado do Sul o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2015 referente a dívidas tributárias, para fins de adesão até o dia 18 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Em se tratando de débitos de ISSQN, o requerente deverá manifestar o interesse, em fazer jus aos benefícios desta Lei, através do encaminhamento de pedido ao Protocolo Geral do Município até o dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º Na execução do REFIS/2015, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder descontos aplicados sobre o débito consolidado por tipo de obrigação de um mesmo contribuinte, nestes compreendidos as multas de mora, os juros de mora, na forma estabelecida no Código Tributário do Município – Lei Municipal nº 087, de 22 de dezembro de 1989 – sobre os débitos tributários referidos no artigo anterior, inscritos ou não em dívida ativa do Município, inclusive sobre os débitos ajuizados.

§1º Poderão ser pagas à vista, com redução de 100% das multas de mora, juros de mora e sobre o valor dos encargos legais, as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2014, inscritas ou não em dívida ativa tributária, de pessoas físicas ou jurídicas.

§2º O pagamento à vista deverá ser feito até o prazo estabelecido no artigo anterior, por intermédio de guia de recolhimento própria emitida no ato de assinatura do Termo de Adesão ao REFIS/2015.

§3º Não se inclui, em nenhuma hipótese, nos benefícios de redução, o principal e a atualização monetária da dívida.

§4º Não serão incluídas no débito consolidado, custas judiciais, taxa judiciária e outras despesas arbitradas judicialmente, as quais deverão ser quitadas através de guias próprias a serem recolhidas nos respectivos processos judiciais de Execução Fiscal.

§5º Havendo defesa administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação, embargos à execução, exceção de pré-executividade, recurso interposto ou da ação judicial proposta, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira quitar, inclusive dos honorários advocatícios fixados ou arbitrados em favor do Advogado do contribuinte, nas medidas judiciais propostas em litígio contra a Fazenda Pública Municipal.

Art. 3º Os Termos de Confissão e Reconhecimento de Dívida e os Termos de Compromisso serão elaborados pela Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), cabendo a ela, também a emissão das guias para recolhimento da parcela única.

Art. 4º Consideram-se revogados os benefícios desta Lei, independente de Aviso ou Notificação Judicial ou Extrajudicial, na hipótese de inadimplência do pagamento a contar do vencimento constante do termo mencionado no artigo anterior, implicando na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, devidamente atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros.

Art. 5º Caberá a SEFAZ exigir do contribuinte ou interessado todos os dados e documentos necessários à atualização cadastral.

Art. 6º Em obediência ao princípio do direito adquirido constante no inciso XXXVI do art. 5º, da Constituição Federal, serão respeitados e mantidos todos os parcelamentos concedidos até a entrada em vigor da presente Lei, desde que estejam sendo regularmente cumpridos pelos respectivos responsáveis.

Art. 7º A adesão ao REFIS deverá ser solicitada pelo próprio sujeito passivo ou representante legal, no caso de pessoa física, ou pelo sócio administrador ou representante legal, no caso de pessoa jurídica.

§1º Existindo parcelamentos concedidos sob outras modalidades, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento, observando o prazo previsto no artigo 1.º esta Lei, não alcançando o contribuinte qualquer direito de revisão das parcelas já quitadas.

§2º Em se tratando de débito ajuizado, será ouvida antes da decisão a unidade competente da Procuradoria do Município.

§3º Nos casos em que a dívida tributária esteja em cobrança judicial o requerente deverá pagar à vista os honorários advocatícios e demais encargos legais, os quais serão cobrados no percentual fixado ou arbitrado pelo Juiz do processo, sobre o valor principal e atualizado monetariamente na forma da lei.

§4º A adesão ao programa somente será efetivada por tributo e inscrição, incluindo obrigatoriamente todas as dívidas pendentes até 31/12/2014.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal regulamentará por Decreto as normas complementares a execução desta Lei.

Art. 9º Consoante o que estabelece o art. 14 da Lei Complementar 101/2000 a renúncia estimada está prevista nos anexos de metas, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n.º 4.176, de 24.09.2014 e Lei Orçamentária Anual n.º 4.198, de 27.11.2014.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eldorado do Sul, 06 de novembro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 095, de 06 de novembro de 2015, que *“Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Eldorado do Sul – REFIS/2015, para pessoas físicas e jurídicas quitar dívidas tributárias, e dá outras providências.”*

O presente projeto de lei visa incrementar o ingresso de receitas ao Erário Municipal e reduzir o montante da dívida do Município que atualmente despende grande volume de trabalho aos servidores lotados a setores relacionados à cobrança de créditos tributários.

Destaca-se que, segundo informação da Administração da Vara Judicial da Comarca de Eldorado do Sul às ações judiciais propostas pelo Município que visam à cobrança de dívida ativa representam atualmente cerca de 40% (quarenta por cento) dos processos judiciais em tramitação naquele Poder.

A Administração Municipal, através deste programa, estará instituindo forma de arrecadação, cumprindo o que estabelece o art. 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois estará viabilizando o aumento da arrecadação de impostos, que anualmente se encontram pendentes junto a Fazenda Pública Municipal, bem como está contribuindo para reduzir o número de processos existentes junto ao Setor de Execução Fiscal da Procuradoria Jurídica do Município, proporcionando, assim, significativa economia para o ente público.

Destaca-se que a estimativa de renúncia decorrente deste projeto é parte integrante do anexo de metas fiscais constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária (Lei Municipal nº 4.176/2014), e na Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 4.198) referente ao exercício de 2015.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a esse projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal